

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
GABINETE DE DINAMIZAÇÃO DO EXÉRCITO

" CONSOLIDAÇÃO DA ALIANÇA POVO - MFA "

1 - INTRODUÇÃO

A aliança POVO MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos políticos de esquerda e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão POVO MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança POVO MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes mais desfavorecidas. Neste aspecto, o 25 de Abril pouco ou nada fez. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se recuperará decisivamente o Povo para a Revolução. Neste aspecto, a prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa, sine qua non, de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.

Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam permitidas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, sem dirigismo nem paternalismo, sem interferência partidária, numa prática democrática e independente.

Torna-se então necessário aproveitar correctamente esta realidade fundamental, aliança POVO MFA, preparando-a e organizando-a para a DEFESA e DINAMIZAÇÃO da REVOLUÇÃO em curso.

A Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:

1. Desenvolver a participação revolucionária das massas, como meio de as mobilizar para o processo;
2. Vencer a batalha da produção;
3. Defender a Revolução dos ataques das forças reaccionárias internas e externas.

Parece claro que levar a bom cabo as duas últimas tarefas significará levar a bom cabo a primeira delas. Ou seja: o sucesso das duas últimas decorre necessariamente do sucesso da primeira.

Uma vez tomada a opção socialista, desenvolver a participação revolucionária das massas num quadro de intensa luta partidária implica, para o MFA, responsável primeiro pela condução do processo, a definição de uma política económica (planificação, gestão, etc.) que assegure um mínimo de estabilidade numa perspectiva viável e mobilizadora da vontade popular.

Mantendo a ligação (clássica) MFA-POVO, por via dos partidos políticos, o MFA lançaria as bases para o aparecimento de um consistente movimento civil, suprapartidário, identificado com os objectivos da Revolução, capaz de veicular, se e quando necessário o diálogo MFA-PARTIDOS-POVO.

Não se pretende portanto, nem ignorar os partidos, nem militarizar o Povo. Pretende-se pois, criar uma organização de massas que, no momento actual, supere a crise partidária e chame a si, tarefas concretas de Defesa da Revolução. Esclarece-se que a Revolução se defende com vigilância, com trabalho, com disciplina e autoridade.

Como conclusão sugere-se o esquema seguinte que se designa de ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

2 - ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Esta estrutura baseia-se em órgãos já criados (CR, CODICE, CODIR), outros em vias de formação, Conselhos de R.M., (ADU) e finalmente, naqueles que iriam definir o citado movimento civil e que se sugere sejam designados por "COMITÉS DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL".

A articulação desta estrutura com os poderes civis constituídos far-se-ia, para efeitos de coordenação, ao nível de CODICE com o Governo Central, ao nível de CODIR com o Governo Civil e ao nível de ADU com as Autarquias Locais.

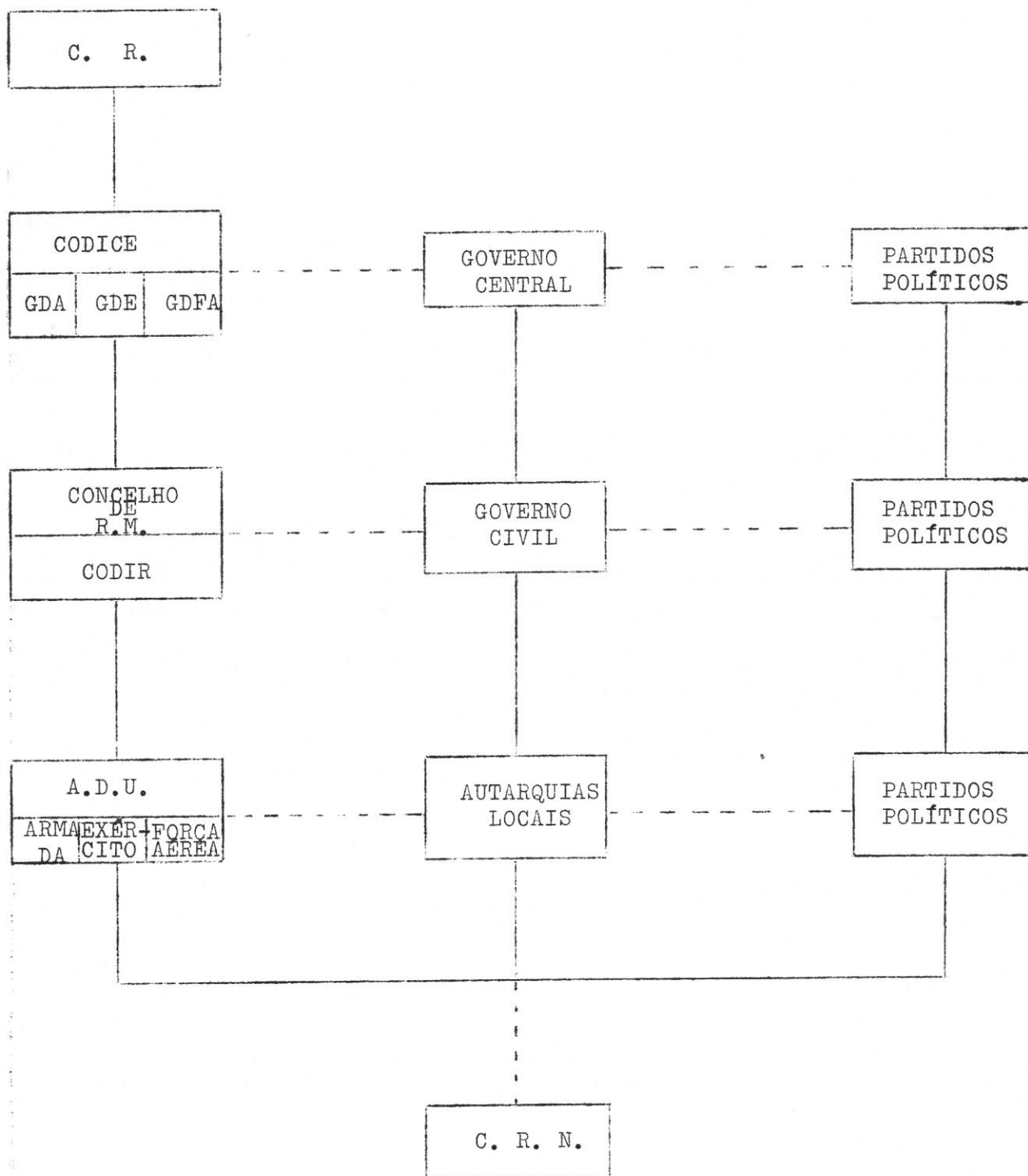
O desenvolvimento desta estrutura passa pela criação (em curso) das Assembleias de Delegados das Unidades (ADU) que constituiriam a pedra de toque do esquema proposto. Têm como vantagem a cobertura que fazem do país em constante e íntimo contacto com as populações e ainda a capacidade de informação e decisão de que passarão a dispor.

Esta actividade das ADU só poderia desenvolver-se, não necessariamente em simultaneidade de actuações, após um período de trabalho das mesmas comprovativo da sua capacidade política de actuação.

Após este período de teste e de correcção por parte do GD/CODICE, quer por indicação de novas formas de actuação, quer por alteração de quadros, as ADU, através de equipas especiais e por meio de reuniões locais com as populações lançariam a ideia dos CRN previamente apoiada pelo CR.

O organigrama da estrutura em discussão seria o seguinte:

ESTRUTURA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL
ORGANIGRAMA



OBS - O Conselho de Região Militar formado pelo Comandante da RM e delegados do MFA nas Unidades, deveria, numa perspectiva de descentralização de poderes do C.R., ter a máxima competência de decisão.

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

GENERAL
MANAGER

... ..
... ..
... ..

EXPLICAÇÃO DO ORGANIGRAMA

1 - A estrutura de reconstrução nacional terá três linhas fundamentais: a do MFA, a Governamental e a Partidária.

Funcionará numa primeira fase como estrutura de LANÇAMENTO após o que se remeterá a funções de APOIO.

2 - O MFA lança a campanha com a presença de representantes das autarquias locais.

3 - Os CRN aparecem assim sob a égide do MFA, das autarquias locais e dos partidos políticos.

3 - COMITÉS DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Os CRN serão integrados pelas massas trabalhadoras ao nível de empresa e fábrica e pelos moradores ao nível de bairro ou aldeia.

A direcção será eleita por voto secreto em Assembleia Geral de Trabalhadores ou Moradores e qualquer elemento pode ser deposto da mesma maneira.

Numa primeira fase atender-se-ia apenas à sua formação nos locais onde há unidades militares sediadas, nas empresas e fábricas.

Numa segunda e terceira fases, respectivamente a vilas e aldeias.

Terão por missão defender a Revolução, participando na obra de Reconstrução Nacional e desenvolvendo actividades de vigilância. No primeiro aspecto, em coordenação com o MFA e os partidos, desempenharão tarefas dentro do âmbito da Dinamização Cultural e Cívica do MFA. No segundo aspecto manterão actividades de vigilância canalizando informações para os órgãos competentes.

É de prever a articulação destes organismos, em situações anormais, com as estruturas militares (COPCON).

Poderia adiantar-se a seguinte forma de organização para os CRN:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretaria
- Secção de Vigilância
- Secção de Trabalho Político
- Secção de Trabalho Social
- Secção Cultural

Dentro deste esquema e numa perspectiva de tarefas unitárias, poderiam lançar-se campanhas de alfabetização, de colheitas de sangue, de vacinações, de limpeza, de detecção de roubos, trânsito, etc.

A batalha de produção que, obviamente, tem de ser preocupação dos CRN, deverá ser precedida de uma explicação ao país sobre a

actual situação económica, o que só pode ser cabalmente conseguido quando estiver definida uma política económica clara e exequível. É indispensável decidir-se da gestão dos sectores nacionalizados, do que se entenderá por sector privado, do que será a política de crédito. É indispensável encarar-se o problema do desemprego e lançar medidas concretas de austeridade.

Só assim se poderá mobilizar o Povo para a Revolução. Só assim se poderá garantir a Revolução.

" C O N C L U S Õ E S "

- 1 - A superação da crise partidária, obstáculo pesado ao avanço da Revolução, parece só poder fazer-se através das bases, até porque estas ainda não enfermam dos radicalismos cupulistas.
- 2 - A participação popular segundo o esquema proposto pode vir a tornar-se um fenómeno irreversível, não só porque já vem sendo lançada, mas também porque o MFA, na medida em que a discute, lhe é de certo modo favorável.
- 3 - A ser assim, tem de ser o MFA a controlar esta actividade, uma vez que ele é, na realidade, a perspectiva de luta mais correcta e viável dentro do processo. Sem o MFA não há revolução. Portanto todas as medidas revolucionárias devem passar pelo MFA. O mesmo se conclui para o Povo, evidentemente.
Assim sendo, é com base na aliança POVO-MFA que se tem de projectar a nossa Revolução.
- 4 - Antes de pôr em execução esta proposta é necessária uma explicação ao País sobre a situação económica. Para isso é indispensável a existência de um projecto onde se defina clara e concretamente a política de gestão, de sector privado, de crédito e de austeridade, e onde se indiquem medidas imediatas de actuação que minimizem a crise económica e tendam a resolver o problema do desemprego.

(PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL PELOS ÓRGÃOS DE
INFORMAÇÃO)